

# EXONERAÇÃO DE PROFESSOR REAVIVA POLÊMICA NA USP

Beatriz Pasqualino  
Jornalista



*A Comissão Processante que investigou caso de plágio envolvendo pesquisadores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto concluiu que imagens publicadas no artigo “Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake **Bothrops jararaca**: Cloning and identification of a complete cDNA sequence”, de 2008, “já faziam parte de outros artigos publicados em 2003 e 2006, por outros autores”, e viu indícios de fraude. O líder do grupo, professor Andreimar Soares, foi exonerado pelo reitor da USP. Ele nega que tenha havido plágio. A ex-reitora Suely Vilela e outros co-autores foram poupados*

**D**entre as cerca de seis mil teses e dissertações defendidas, a cada ano, na USP, menos de dez são contestadas por má-conduta científica. O dado é da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que o considera “satisfatório”, mesmo porque seriam, em sua maioria, “denúncias infundadas”.

O mais recente caso oficializado de plágio teve um capítulo encerrado no último dia 19 de fevereiro, quando o *Diário Oficial do Estado de São Paulo* publicou a exoneração de Andreimar Martins Soares do cargo de Professor Doutor em regime de dedicação integral (RDIDP) na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Também foi publicada a anulação do título de Doutora concedido, em 2008, a Carolina

Dalaqua Sant’Ana Trevisol, orientanda de Andreimar. Ainda cabe recurso a ambos tanto internamente na universidade como judicialmente.

Procurado pela reportagem, Andreimar disse que não dará entrevistas, por orientação do advogado. Informou, porém, que impetrou um recurso administrativo na USP. Em seu currículo Lattes, consta que agora ele presta assessoria científica a uma empresa de biotecnologia que atua na produção de etanol em Ribeirão Preto. Carolina também não quis se pronunciar sobre o assunto, alegando que o caso “é extremamente político”.

A polêmica sobre esse episódio de má-conduta científica ganhou atenção da mídia nacional em novembro de 2009, depois ser noticiado, em primeira mão, na edição 296 do *Informativo Adusp*. A matéria

reportava denúncia de plágio contra o artigo “Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake *Bothrops jararaca*: Cloning and identification of a complete cDNA sequence”, publicado em 2008 na revista eletrônica *Biochemical Pharmacology*, assinado por 11 pesquisadores, dentre eles a então reitora Suely Vilela e Andreimar, que coordenava o grupo. O artigo estava relacionado à tese de doutorado de Carolina Trevisol, também ela co-autora.

A denúncia foi encaminhada à USP por uma respeitada pesquisadora do Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Ângela Hampshire Lopes. (Ela descobriu o plágio por acaso, ao atuar numa banca examinadora na USP de Ribeirão Preto, ocasião em que teve acesso à

publicação do grupo de Andreimar.) O artigo contestado reproduzia imagens de microscopia eletrônica idênticas às que haviam sido divulgadas originalmente por Ângela e sete colaboradores em texto publicado em 2003 na revista *Antimicrobial Agents and Chemotherapy*. Essas imagens utilizadas no artigo de 2008 partiram da tese de Carolina.

Além disso, trechos semelhantes aos do artigo de 2003 foram publicados no texto de 2008, sem os devidos créditos. Pior do que isso, há indícios de fraude deliberada: enquanto a seqüência de imagens publicada no artigo de Angela Lopes e outros, “Antileishmanial Activity of a Linalool-Rich Essential Oil from *Croton cajucara*”, mostra a ação de óleo essencial rico na substância linalol, extraído de folhas da planta *Croton cajucara*, sobre o protozoário *Leishmania amazonensis*, no artigo do grupo de Andreimar as mesmas imagens recebem legenda explicativa diferente, que informa tratar-se do efeito de L-aminoácido oxidase (LAAO) extraído da cobra *Bothrops jararaca* sobre o protozoário *Trypanosoma cruzi*, segundo o *Informativo Adusp* 296.

“Apesar de substância e parasita citados serem diferentes, a redação para o processo que se observa nas imagens é precisamente a mesma. O artigo de 2008 traz outras imagens produzidas por microscópio eletrônico que registrariam tratamento de parasitas *Leishmania amazonensis* por LAAO de jararaca, mas a explicação do que se vê ali é literalmente

Arquivo pessoal



**Professor Benedito Machado**

igual a outro trecho do artigo em 2003”, completou o jornal.

**No início  
de 2010, a revista  
*Biochemical Pharmacology* publicou  
retratação referente ao artigo contestado,  
porque “os autores plagiaram figuras  
transmitidas por microscópio eletrônico”  
e porque o texto “representa um grave  
abuso do sistema de publicações  
científicas”**

Posteriormente, denunciou-se que o texto contestado trazia reproduções indevidas de outro artigo, de 2006. Como agravante, em nenhum dos casos houve qualquer referência ao trabalho da UFRJ. A *Revista Adusp* contactou a professora Ângela, que preferiu não comentar o assunto para não se “expor mais do que já fui exposta por ocasião do acontecimento”.

Uma comissão sindicante da USP, formada por docentes, iniciou os trabalhos ainda em 2009. Trocando em miúdos, a universidade passava a investigar, entre outras pessoas, sua própria reitora em fim de mandato. Em maio de 2010, uma Comissão Processante Disciplinar assumiu o caso e concluiu que as imagens questionadas “já faziam parte de outros artigos publicados em 2003 e 2006, por outros autores”. Sugeriu, então, a demissão de Andreimar, alegando que ele era o último autor e autor correspondente do artigo contestado. E, devido à “evidência de plágio” e “possível fraude” na tese de Carolina, recomendou a cassação do título de doutora obtido pela ex-aluna. Mas não propôs punições para os demais co-autores do artigo. O reitor Grandino Rodas acolheu, por fim, as conclusões da comissão. A reportagem tentou obter o relatório da comissão, porém a Reitoria informou que o documento é sigiloso.

No início de 2010, a *Biochemical Pharmacology* publicou retratação referente ao artigo contestado, justificando que “os autores plagiaram figuras transmitidas por microscópio eletrônico” e que o texto “representa um grave abuso do sistema de publicações científicas”. O artigo já fora retirado dos currículos Lattes de Andreimar, de Carolina e de Suely Vilela, tão logo a denúncia veio à tona.

Desde o início do processo, Andreimar nega que tenha havido plágio. Declarou ao *Informativo Adusp*

## **ESTUDOS SUGEREM MAIOR TAXA DE *RETRACTIONS* E MAIOR INCIDÊNCIA DE PRÁTICAS ANTI-ÉTICAS**

*Brasil começa a se inserir na discussão internacional, segundo pesquisadora da UFRJ*

Para discutir o cenário nacional e internacional que se impõe quando o assunto é plágio acadêmico, a *Revista Adusp* conversou com Sonia Vasconcelos, pesquisadora na área de ética/integridade científica e professora adjunta do Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ.

**A sra. deu declarações recentes sobre o aumento do plágio acadêmico/científico. A partir de quais pesquisas chegou-se a essa constatação?**

Estudos recentes têm sugerido um aumento na taxa de *retractions* (cancelamento de publicações) e na incidência de má-conduta associada a elas. Um deles é um artigo de 2010 de Grant Steen publicado no *Journal of Medical Ethics*, que indica que a taxa de crescimento das *retractions* nos últimos anos é superior à de crescimento de publicações na base do *PubMed*. Um outro estudo, de Elizabeth Wager, presidente do Comitê de Ética em Publicações (Cope), identificou que quase metade das *retractions* analisadas em sua pesquisa no *PubMed* (1988-2008) eram associadas à má-conduta. O percentual do plágio, em relação ao da fabricação de dados, era aproximadamente três vezes maior.

**A impressão é de que há poucas regras padronizadas para definir o plágio objetivamente, o que pode gerar questionamento da conclusão de investigações ou até mesmo abrir brechas para direcionamento político. A sra. concorda?**

De uma forma geral no contexto científico, “a apropriação de idéias, processos, resultados ou palavras de outros, sem o devido crédito”, é plágio e portanto má-conduta, segundo a definição do *Office of Research Integrity* dos Estados Unidos, que é abraçada por boa parte da comunidade científica. Mas essa definição abre espaço para a subjetividade. É importante nesse momento que os critérios para a

Arquivo pessoal



**Professora Sônia Vasconcelos**

aplicação dessa definição sejam mais claros no cenário da produção acadêmica. Se isso não acontece, o risco de haver exageros não é pequeno.

**As universidades brasileiras estão bem colocadas no cenário internacional no debate sobre plágio?**

Ainda não. Estamos apenas começando a nos inserir nessa discussão internacional, mas as perspectivas são boas. Em 2010 já tivemos o *I Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics* (I BRISPE: [www.ibrispe.coppe.ufrj.br/port.php](http://www.ibrispe.coppe.ufrj.br/port.php)), com o envolvimento de várias instituições: UFRJ, USP, CBPF, IBICT, INPE, IAI, sem contar o apoio da Faperj e Fapesp. Isso é muito positivo e em algumas dessas instituições já há, por exemplo, disciplinas e seminários programados para 2011 abordando a integridade científica. Esse é um processo lento e há muito o que fazer, mas não estamos “dormindo”. Muito possivelmente seremos nós aqui no Brasil que iremos estimular iniciativas educacionais e editoriais na América Latina.

em 2009 que ocorreu “erro de substituição de figuras pela minha ex-aluna de doutorado”. Carolina, por sua vez, disse também à publicação que isso “é o que realmente aconteceu” e lamentou a situação.

Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, Andreimar considerou sua punição “extremamente alta e desproporcional” e que “o envolvimento da ex-reitora levou a uma conotação política”, predeterminando o resultado do processo: “Antes mesmo de me defender nas comissões sindicantes, já havia sido condenado”. Instada a comentar essa acusação, a Reitoria respondeu que “a pena de demissão foi sugerida pela Comissão Processante administrativa, constituída por professores, que examinou o processo por mais de um ano. Tal decisão foi acatada pelo reitor dada a gravidade do fato”.

Não seria esta a primeira vez que um docente da USP é exonerado após denúncia de plágio. Porém, houve casos que resultaram em outro tipo de punição, como a moção de censura ética aplicada em setembro de 2008 a Alejandro Szanto de Toledo (então diretor do Instituto de Física) e Nelson Carlin Filho (então vice-diretor da Fuvest). A denúncia era de que eles teriam copiado, em um artigo, trechos de um texto de outro físico da USP, o professor Mahir Hussein.

À época, Szanto afirmou que os trechos copiados eram fruto de “erros de referenciamento” e que a denúncia tinha motivação política. A conclusão das investigações, no entanto, foi de que houve desvio ético



**Professora Suely Vilela**



**Professor Yaro Burian**

***Em 2008, dois docentes do Instituto de Física da USP foram acusados de plagiar trabalho do colega Mahir Hussein. A comissão que apurou o caso concluiu que houve desvio ético por “inaceitável falta de zelo” na preparação dos textos***

dos docentes por uma “inaceitável falta de zelo” na preparação dos artigos publicados. Dias depois da punição, Carlin se demitiu do cargo na Fuvest. Em paralelo, Szanto revidou a denúncia, acusando Hussein de também ter plagiado um artigo. Este reconheceu a cópia, mas creditou-as a dois co-autores. Até o fechamento desta edição, a assessoria de imprensa da Reitoria não soube informar o desfecho dessa segunda denúncia,

nem sobre outros casos de exonerações por má-conduta científica.

Consultado sobre a exoneração de Andreimar, o professor titular Benedito Honório Machado, da FMRP, afirma que “é natural que esse autor tenha sido punido pela instituição à qual ele estava vinculado e onde realizou o trabalho em questão”. A responsabilidade no caso em questão caberia sim ao professor demitido, por ser o “avalista de todo o conteúdo”, na condição de principal signatário do artigo. “Entendo que esse autor é o principal responsável por qualquer problema eventualmente existente naquela publicação”, arremata Machado.

Na opinião da professora titular aposentada Edna Arcuri, da Escola de Enfermagem, a pena foi “drástica”, embora ela afirme não ter condições de julgar “com propriedade” se a considera justa. No entanto, adverte: “O plágio tornou-se questão

quase banal. A punição deveria ser discutida, conhecida e instituída para diferentes tipos de plágio, questão difícil de ser resolvida e operacionalizada. Ao longo de 50 anos de vida acadêmica constatei muito plágio na literatura nacional e internacional”.

Yaro Burian Jr., professor titular aposentado da Faculdade de Engenharia da Unicamp (onde ainda atua como colaborador), preferiu não opinar sobre a demissão, por desconhecer os meandros do caso. Para ele, é importante destacar que a ocorrência de plágio acadêmico está ligada à lógica de que a publicação de artigos serve para melhorar currículos e garantir bolsas, projetos, privilégios: “O plágio tem então uma conotação muito negativa: se artigo é moeda, plágio é roubo. A universidade passa a ter, além de suas missões originais, ensino, pesquisa e extensão, um papel policial, de prevenção e punição”.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* sobre o caso de Andreimar, o reitor Rodas declarou que “a pena serve como punição ao infrator, com efeito pedagógico aos demais”. A USP ganharia “por mostrar seriedade, não hesitando em ‘cortar a própria carne’, quando imprescindível”. Sobre esse assunto, o pró-reitor de Pós-Graduação, Vahan Agopyan, informou, sem mais detalhes, que nas reuniões do Conselho de Pós-Graduação de março e abril “alguns procedimentos novos foram discutidos e estes podem contribuir para a redução ou dificultar a realização das fraudes”.

O debate precisa ser ampliado e aprofundado pela universidade, propõe Edna Arcuri. “O insucesso no ensinamento do método científico, tolhendo a curiosidade, a auto-satisfação de utilizar corretamente a literatura para descobrir e produzir por si só, constitui também um sério problema educacional concernente ao plágio acadêmico”.

Como visto, embora o artigo condenado tenha sido assinado por 11 pesquisadores, somente Andreimar foi punido. Questionada sobre esse fato, a Reitoria argumentou que “no curso da instrução dos autos da sindicância, em diversas oportunidades

***“Hoje há trabalhos nos quais a primeira página contém, além do título, a relação dos autores. Dezenas”, diz Burian Jr. “Além de melhorar o currículo de todos, que significa? Co-autoria só vale para benefícios, não envolve responsabilidade?”***

o professor Andreimar reiterou que assumia total responsabilidade pelos erros apontados, isentando os demais colaboradores”. Quando a denúncia veio à tona, a então reitora se isentou, afirmando à imprensa que sua contribuição no artigo não teve relação com a parte contestada. A *Revista Adusp* tentou por diversas vezes contatar Suely, por telefone e e-mail, para que comentasse o desfecho do processo, mas não conseguiu.

À vista da cômoda situação da ex-reitora, Burian Jr. ataca os exageros na prática comum da autoria múltipla em publicações científicas, usada com a justificativa do alto grau de complexidade dos estudos. “Hoje há trabalhos publicados nos quais a primeira página contém, além do título, praticamente a relação dos autores. Dezenas. Que significa esta quantidade, além de melhorar o currículo de todos? Será que todos pelo menos leram o artigo? Fica então uma dúvida: co-autoria vale para benefícios, mas não envolve responsabilidade?”.

A discussão sobre integridade na pesquisa científica ainda tem um longo caminho a ser percorrido nas universidades brasileiras. Enquanto isso, soluções tecnológicas prometem ser aliadas no combate ao plágio. No início de 2011, a Capes orientou as instituições de ensino a seguirem as recomendações aprovadas em outubro de 2010 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre elas está a adoção em larga escala de *software* “anti-plágio”, que faz rastreamento comparativo de um texto original com outras publicações em bancos de dados na Internet, apontando um índice de similaridade; e, adicionalmente, procedimentos internos para análise dos resultados, uma vez que “o programa não é absoluto”. O pró-reitor Vahan Agopyan pondera, no entanto, que ainda é preciso aprimorar esse tipo de *softwares*, pois eles “não têm a sua eficiência comprovada para línguas latinas como a nossa”.